



## **Município de Montes Claros-MG** **PROCURADORIA-GERAL**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PATROCÍNIO INSTITUCIONAL AO NORTH ESPORTE CLUBE, CEDER O USO E A EXPLORAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL JUVÊNIO AUGUSTO SOARES, ESTABELECE CONTRAPARTIDAS SOCIAIS, ESPORTIVAS E INSTITUCIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder patrocínio institucional ao North Esporte Clube, entidade esportiva regularmente constituída, com sede no Município de Montes Claros/MG, com a finalidade de colaborar com sua participação em campeonatos profissionais de alto rendimento.

Art. 2º – O patrocínio de que trata esta Lei terá caráter institucional, objetivando a promoção do Município de Montes Claros, o fortalecimento do esporte, o estímulo ao turismo, a inclusão social e a divulgação das políticas públicas municipais.

Art. 3º – O valor do patrocínio será de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser repassado em 03 (três) parcelas iguais, no ano de 2026.

Parágrafo Único. Como condição para o repasse constante do *caput*, do presente artigo, os dirigentes do clube esportivo e a sua comissão técnica deverão assumir o compromisso expresso de vedação na participação de atividades político partidárias no ano de 2026.

Art. 4º – O repasse dos recursos observará as normas da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais dispositivos legais aplicáveis.

Art. 5º – Constituem condicionantes obrigatórias para a concessão do patrocínio:

I – inserção do slogan institucional do Município de Montes Claros na camisa oficial do time, em local de destaque, como patrocinador principal, durante todas as partidas oficiais, amistosos, treinamentos abertos e eventos esportivos;

II – utilização da publicidade institucional do Município em placas, painéis, backdrops, banners, redes sociais, transmissões televisivas ou digitais e demais meios de divulgação;

III – divulgação institucional do Município em entrevistas, coletivas

e apresentações oficiais do clube;

IV – cessão de direito de imagem do time e de seus dirigentes para veiculação de publicidade, campanhas institucionais do município em painéis, backdrops, banners, redes sociais, transmissões televisivas ou digitais e demais meios de divulgação.

Art. 6º – Como contrapartida social, o North Esporte Clube deverá promover e divulgar campanhas de interesse público, incluindo, obrigatoriamente:

I – enfrentamento à violência contra a mulher e à violência doméstica;

II – combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes;

III – combate à homofobia, discriminação e intolerância;

IV – prevenção e combate ao uso de drogas;

V – inclusão da pessoa com deficiência;

VI – outras campanhas definidas pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 7º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ao North Esporte Clube, a título gratuito e temporário, o uso e a exploração do Estádio Municipal Juvêncio Augusto Soares, exclusivamente para fins esportivos relacionados à disputa de campeonatos profissionais de alto rendimento.

Art. 8º – Durante a cessão do estádio, caberá integralmente ao North Esporte Clube:

I – a manutenção, conservação e limpeza do estádio;

II – a proteção do patrimônio público, responsabilizando-se por danos;

III – o cumprimento das normas de segurança, acessibilidade e higiene;

IV – a devolução do bem público em perfeitas condições de uso

V – manter todos os seus jogos no estádio cedido, ficando vedada a venda do mando de campo, salvo impossibilidade imposta pelas regras da respectiva competição.

Art. 9º – Durante a vigência da cessão, fica o North Esporte Clube autorizado a explorar economicamente:

I – a venda de ingressos dos jogos e eventos;

II – os espaços comerciais internos, incluindo bares, lanchonetes, camarotes, quiosques e lojas;

III – a publicidade interna e ativações comerciais, observadas as normas municipais.

Parágrafo único. A exploração econômica será de inteira responsabilidade do clube, inclusive quanto a tributos e regularizações, não gerando ônus ao Município.

Art. 10 – Como contrapartida esportiva e social, o North Esporte Clube deverá fomentar programas de formação de atletas de base, nas categorias feminina e masculina, priorizando:

I – alunos da rede pública municipal de ensino;

II – jovens oriundos de projetos sociais do Município;

III – atividades esportivas regulares com acompanhamento técnico e educacional.

Art. 11 – O North Esporte Clube deverá apresentar prestação de contas detalhada sobre:

I – a aplicação dos recursos públicos recebidos;

II – a execução das contrapartidas institucionais, sociais e esportivas;

III – a comprovação documental das ações realizadas.

§1º. Fica vedada a utilização do recurso público para repartição de lucros, devendo ser integralmente revertido ao custeio do desenvolvimento esportivo da equipe.

§2º. A prestação de contas será apresentada nos prazos e na forma definidos pelo Poder Executivo.

Art. 12 – O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei implicará:

I – a suspensão dos repasses;

II – a rescisão do ajuste;

III – o ressarcimento ao erário;

IV – a aplicação das sanções legais cabíveis.

Art. 13 – A execução desta Lei ficará sujeita à fiscalização do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da fiscalização por órgãos de controle externo.

§1º. O North Esporte Clube manterá toda a documentação comprobatória à disposição dos órgãos de controle.

§2º. Constatadas irregularidades, poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente.

Art. 14 – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.17.02–27.812.0083.4.002–33504100 – Fonte 1500, a ser consignada no orçamento do exercício de 2026.

Art. 15 – Fica reconhecida, para fins da contratualização, a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

Art. 16 – O artigo 27, da Lei Municipal n.º 5.855, de 2025, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

*“Art. 27 ...*

*Parágrafo Único. O disposto no caput, do presente artigo, não se aplica a realização de repasses, independente da modalidade jurídica adotada, a entidades esportivas regularmente constituídas no Município, com a finalidade de colaborar com a participação em campeonatos profissionais de alto rendimento.”*

Art. 17 – Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 5.838, de 18 de junho de 2025, que destinava um repasse, no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), à Associação North Esporte Clube.

Art. 18 – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 16 de dezembro de 2025.

**Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**  
**Prefeito de Montes Claros**



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 16 de dezembro de 2025

**Exmo. Sr.**

**Vereador Martins Lima Filho**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros**

**Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2025**

**Assunto: encaminhamento de projeto de lei**

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER PATROCÍNIO INSTITUCIONAL AO NORTH ESPORTE CLUBE, CEDER O USO E A EXPLORAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL JUVÊNCIO AUGUSTO SOARES, ESTABELECE CONTRAPARTIDAS SOCIAIS, ESPORTIVAS E INSTITUCIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a conceder patrocínio institucional ao North Esporte Clube, com o objetivo de colaborar com a sua participação em campeonatos profissionais de alto rendimento, bem como disciplinar a cessão temporária do uso do Estádio Municipal Juvêncio Augusto Soares, a exploração econômica de ingressos e espaços comerciais, a exigência de contrapartidas sociais, esportivas e institucionais e a rigorosa prestação de contas dos recursos públicos empregados.

A iniciativa encontra respaldo no interesse público, na medida em que o esporte, especialmente o futebol profissional, possui reconhecido papel social, cultural e econômico, sendo importante instrumento de promoção do Município, fortalecimento da identidade local, estímulo ao turismo, geração de emprego e renda, além de incentivo à prática esportiva e à inclusão social.

A participação do North Esporte Clube no Campeonato Mineiro da Primeira Divisão, competição de ampla visibilidade estadual e nacional, projeta o nome de Montes Claros para além de suas fronteiras, promovendo o Município como polo esportivo, turístico e cultural do Norte de Minas, com reflexos positivos no comércio, nos serviços e na economia local como um todo.

O patrocínio proposto possui natureza estritamente institucional, não se caracterizando como auxílio indiscriminado, mas como investimento público com retorno mensurável à coletividade, por meio da divulgação da marca institucional do Município, da veiculação de campanhas de interesse público e da

execução de ações sociais e esportivas voltadas, prioritariamente, as crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino e de projetos sociais municipais.

O Projeto estabelece contrapartidas claras e obrigatórias, exigindo do clube patrocinado a promoção de campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, combate à discriminação e à intolerância, prevenção ao uso de drogas, inclusão da pessoa com deficiência, entre outras ações de relevante interesse social, ampliando o alcance das políticas públicas municipais.

A cessão temporária e gratuita do Estádio Municipal Juvêncio Augusto Soares encontra-se devidamente condicionada à responsabilidade integral do clube quanto à manutenção, conservação, segurança, acessibilidade e proteção do patrimônio público, assegurando que não haja ônus adicional ao Município e que o bem público seja devolvido em perfeitas condições de uso.

No aspecto financeiro e jurídico, o Projeto observa rigorosamente as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas aplicáveis, prevendo cronograma de repasse, condicionamento à prestação de contas, suspensão de parcelas em caso de irregularidades, possibilidade de ressarcimento ao erário e aplicação das sanções legais cabíveis.

Destaca-se, ainda, que a execução da Lei ficará sujeita à fiscalização do Poder Executivo Municipal e ao controle externo, assegurando transparência, legalidade, eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei revela-se legal, legítimo, oportuno e conveniente, atendendo ao interesse público, fortalecendo o esporte, promovendo inclusão social, valorizando a juventude e projetando positivamente o nome do Município de Montes Claros no cenário esportivo estadual.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**Guilherme Augusto Guimarães Oliveira**  
***Prefeito de Montes Claros***